

**APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: POTENCIALIDADES DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN**

Adriel da Silva Lima Benedito

Wendyel Cristina Piller de Souza

Prof.^a Dra. Ivanete da Rosa Silva de Oliveira

Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA

ivanete.oliveira@foa.org.br

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: POTENCIALIDADES DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN**

Aluno(a):

**Adriel da Silva Lima Benedito
Wendyel Cristina Piller de Souza**

Orientador(a):

Prof.^a Dra. Ivanete da Rosa Silva de Oliveira

VOLTA REDONDA, RJ

2018

RESUMO

O direito à educação e o atendimento educacional especializado a todos os alunos é uma garantia prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e na Constituição Federal de 1988. Sendo assim, o atendimento de qualidade aos alunos com necessidades especiais na Educação Básica, deve ser garantido como favorecimento de igualdade de oportunidades, tendo em vista as peculiaridades individuais e o desenvolvimento das potencialidades. Diante disso, o presente trabalho tem o objetivo de analisar, a partir de reflexões e estudos como pode ser efetivada a promoção das potencialidades de estudantes com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física, desenvolvendo uma aprendizagem significativa na Educação Infantil. Para tal, optou-se por realizar um estudo bibliográfico-exploratório, com abordagem qualitativa, identificando nas literaturas disponibilizadas na área as possibilidades de intervenção que façam sentido e significado para a aprendizagem dessas crianças. Optou-se por analisar os dados por meio de uma revisão integrativa sobre o papel do professor como mediador dos processos de ensino-aprendizagem para alunos com a Síndrome de Down, destacando que o professor de Educação Física tem necessidade de aprimoramento do conhecimento pedagógico para auxiliar tais alunos a fim de que as potencialidades sejam desenvolvidas, minimizando os processos de exclusão escolar, visto ser a inclusão educativa uma forma de garantia de uma educação de qualidade nas aulas de Educação Física para o desenvolvimento cognitivo, motor e sócio afetivo do aluno com Síndrome de Down.

Palavras-chave: Educação Física; Educação Infantil; Inclusão; Síndrome de Down.

ABSTRACT

The right to education and the educational expertise to all students is a guarantee provided for in the Law of National Education Bases and Guidelines 9394/96 and in the Federal Constitution of 1988. Thus, the quality care to the students of Basic Education, in particular the inclusion, students must be guaranteed as favoring equal opportunities, taking into account the individual peculiarities and the development of potential. In addition, the objective of the present study was to analyze, from reflections and studies as may be effected the promotion of potential students with Down syndrome in Physical

Education classes, developing a meaningful learning in Early Childhood Education. To do this, we chose to perform an exploratory bibliographic study, with a qualitative approach, identifying the literature available in the area the possibilities of intervention that make sense and meaning to the learning of these children. We chose in; to; with; for, per; by, via; of, out of put, place; don; set, lay; pose; stick; seat We chose to analyze the data through an integrative review on the role of the teacher as mediator of the teaching-learning processes for students who present the Down syndrome, highlighting that the teacher of physical education needs to Improvement of pedagogical knowledge to help students with Down syndrome so that the potentialities are developed, minimizing the processes of school exclusion, since educational inclusion is a way to guarantee a quality education In physical education classes for cognitive development, motor and affective partner of the student with Down syndrome.

Keywords: Physical education; Early childhood education; Inclusion Down Syndrome.

INTRODUÇÃO

A Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15, dispõe sobre as políticas necessárias para assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e da liberdade fundamental para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e a prática da cidadania plena.

No entanto, apesar das discussões em torno dessa temática na área escolar terem surgido a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a inclusão nas escolas brasileiras ainda não está plenamente consolidada.

Nessa perspectiva, Mazzotta (1998, s/p), defende que:

[...] construir uma educação que abranja todos os segmentos da população e cada um dos cidadãos implica uma ação baseada no princípio da não segregação, ou, em outras palavras, da inclusão de todos, quaisquer que sejam suas limitações e possibilidades individuais e sociais.

A inclusão no ambiente escolar envolve prioritariamente o diagnóstico das limitações e das possibilidades de cada estudante, valorizando as potencialidades do sujeito. Esse enfoque, quando o sujeito possui a Síndrome de Down, possui relevância

desde a Educação Infantil, pois desse modo terá suas possibilidades de desenvolvimento ampliadas, como também potencializará a interação com o meio escolar e social.

Compreendemos que a Síndrome de Down é causada pela presença de três cromossomos no par “21” em todas ou na maioria de suas células. As pessoas com Síndrome de Down, ou Trissomia do cromossomo 21, têm um cromossomo a mais que as pessoas normalmente têm que é o total de 46, enquanto as com Down têm 47. As pessoas que possuem essa Síndrome podem ter algumas particularidades em comum, como estar sujeitas a uma maior existência de doenças, mas as mesmas apresentam características e personalidades diferentes e únicas (MILLS, 2003).

Diante do exposto, a escola que pretenda trabalhar com práticas significativas para essas crianças, precisará considerar a complexidade de suas características, tendo como foco a conscientização para o processo de inclusão.

Educar uma criança com Síndrome de Down é um trabalho complexo, pois necessita de organização e adaptações de ordem curricular que requer um acompanhamento cuidadoso dos educadores, pais e da sociedade para que seus objetivos sejam atendidos (MILLS, 2003, p.90).

Toda organização e adaptação no currículo devem partir das premissas de valorização e inclusão da pessoa com deficiência. Assim sendo, o presente estudo tem como principal objetivo analisar por meio de estudos publicados em periódicos científicos quais são as possibilidades de ampliações das potencialidades de crianças com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física na Educação Infantil. Para tal, pretende-se: discutir o processo de inclusão nas aulas de Educação Física na Educação Infantil; definir e conceituar a Síndrome de Down, apresentando as características das crianças de 3 a 5 anos; propor atividades didático-pedagógicas para aulas de Educação Física para crianças com Síndrome de Down, visando à aprendizagem significativa.

Tendo em vista os objetivos propostos, problematizamos nosso estudo com a seguinte questão, como promover nas aulas de Educação Física as potencialidades dos alunos com Síndrome de Down, desenvolvendo uma aprendizagem significativa na Educação Infantil?

Para responder esta questão, propõe-se um estudo por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, com abordagem qualitativa, pois se pretende identificar na literatura disponibilizada na área, estratégias pedagógicas inclusivas nas aulas de Educação Física para crianças com Síndrome de Down. A análise dos dados será feita

por meio de uma revisão integrativa, pois se considera que este tipo de estudo possibilita ao pesquisador se apropriar da problemática que deseja explorar, permitindo que seja traçado um panorama sobre a respectiva produção científica para conhecer a evolução do tema ao longo do tempo e, simultaneamente, identificar possíveis evidências das ações que já foram implantadas sobre uma determinada temática (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

A relevância desse estudo situa-se na necessidade do aprimoramento do conhecimento sobre a temática que contempla as práticas de acessibilidade metodológica que são utilizadas nas aulas de Educação Infantil com estudantes com Síndrome de Down.

1. REVISÃO LITERATURA

1.1. Processo de inclusão nas aulas de Educação Física na Educação Infantil

No Brasil, a perspectiva da educação inclusiva que visa inserir as crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular, está fundamentada na Constituição Federal de 1988, que garante o direito à igualdade (art. 5º), como também no seu art. 205, que trata do direito de todos à educação, com vista ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 2004).

A Constituição garante o direito à educação e o atendimento educacional especializado, ou seja, atendimento das qualidades particulares de cada aluno com deficiência, sem prejuízo da escolarização regular, já que o Ensino Fundamental é a etapa considerada obrigatória pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, em seus artigos 4º e 6º, e pela Constituição, artigo 208 (BRASIL, 2004).

Em analogia com a Constituição, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, aprovou nova lei da Convenção de Guatemala, trata-se da eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência e deixa clara a impossibilidade de tratamento desigual aos deficientes (BRASIL, 2004).

Conjunto a estes documentos, temos alguns de cunho internacional, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca

(1994), que alavancaram movimentos a favor da educação inclusiva que comungam o destaque que dão a situação de igualdade de direitos entre os cidadãos.

Frente a todo esse aporte legal, a escola atual, geralmente, tem se situado na contramão do processo inclusivo, pois, tem tornado a inclusão um desafio quase intransponível, tendo, em muitos casos, se colocado até mesmo de maneira contraditória, como um instrumento que reforça a exclusão escolar, seja por questões metodológicas de falta de formação continuada em serviço para os docentes, por questões de acessibilidade, ou por falta de estratégias e planejamentos iguais para todos os alunos que desconsideram as peculiaridades individuais.

Por outro lado, diversos profissionais da educação compreendem a escola como um espaço de inclusão educativa, ao permitir o conhecimento das diversas potencialidades de cada indivíduo, levando em conta tudo o que o sujeito é capaz de fazer para se auto superar, no contexto de sua limitação.

Sendo a escola um espaço democrático, é preciso considerar que ela também é lócus de diálogo com a comunidade local, pois é ela que auxiliará com dados importantes sobre a vida sociocultural e econômica; competências e habilidades; limitações/potencialidades; e, quando for o caso, medicamentos e até mesmo laudos específicos, que irão orientar as práticas inclusivas que serão adotadas com um determinado aluno.

Discutir sobre a inclusão do estudante no ambiente escolar, pressupõe a participação ativa desse sujeito em todo o processo educacional. Sendo assim, a Educação Física que está presente na legislação brasileira desde a Constituição de 1937 e que hoje é regulamentada pela LDB nº 9.394/96, que a institui como componente curricular obrigatório, deve proporcionar ao estudante o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e motoras que possibilitem aumentar cada vez mais sua potencialidade.

A inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física, que é o tema central deste trabalho, fica, também, na responsabilidade do professor, pois sua prática deve ser pautada pela colaboração, pela mediação que promova melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo um espírito colaborativo e auto competitivo. Dentre outros enfoques pré-estabelecidos pelo professor atuante, constituem prioridade para a sua ação docente “O acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas regulares” (BRASIL, 2007b, p.8).

Embora a legislação vigente seja pontual e incisiva a favor da educação inclusiva, ainda presenciamos diversas manifestações de dúvidas, incertezas e resistências por parte de professores (LIPP, MARTINI, OLIVEIRA-MENEGOTTO, 2010), fazendo com que a educação inclusiva seja alvo constante de discussões.

Segundo Fiorini (2011), ao traçar uma linha do tempo da Educação Física brasileira, percebem-se diversas perspectivas que foram produzidas e, ao mesmo tempo, produziram diferentes concepções sobre a função social da própria Educação Física.

No período de 1889 a 1930, a Educação Física Higienista enfatizava a saúde, assumindo como responsabilidade a formação de indivíduos fortes e saudáveis, objetivando resolver os problemas de saúde pública e construir uma sociedade sem doenças e vícios que compromettesse a saúde. No período de 1930 a 1945, vigorou a Educação Física Militarista, que teve como objetivo formar jovens que pudessem suportar o combate, a guerra e a luta. Nessa concepção o espírito patriota pairava, devendo os jovens servir e defender a Pátria.

Diferentemente das tendências anteriores, inicia-se em 1945 e predomina até 1964, uma Educação Física com viés mais pedagógico, denominada de Educação Física Pedagogicista, que intencionava mostrar que, além de se trabalhar a saúde e a disciplina da juventude, era preciso educar os movimentos para alcançar a educação integral do indivíduo (FIORINI, 2011).

No período de 1964 a 1985, a Educação Física Competitivista é marcada pelo forte apelo aos esportes de competição, pelo indivíduo encarado como um esportista e pelos professores responsáveis por prepararem os alunos como futuros atletas (GUIMARÃES, 2001).

Ao passar por todo esse processo histórico da Educação Física, nota-se que, em determinadas épocas e momentos sociais, a prática da atividade física era considerada como um privilégio, portanto, nem sempre todos os indivíduos tinham o direito de praticá-la, mesmo que fosse no espaço escolar. Isso se deve ao fato de que, em cada período histórico, a Educação Física assumia objetivos que condiziam com os interesses políticos, sociais e econômicos da época, assumindo um caráter que muitas vezes era excludente, pois apenas poderiam se exercitar as pessoas que preenchiam o perfil socioeconômico e de estrutura física corporal da época em questão (FIORINI, 2011).

Verificam-se por meio de análises e estudos (FERREIRA; DAOLIO, 2014; FIORINI, 2011) que as tendências e concepções teóricas evoluíram. Em decorrência, houve também uma evolução para a aceitação de pessoas com deficiência, visto que,

anteriormente, qualquer pessoa que não apresentasse um corpo perfeito era dispensada das práticas de Educação Física. Esse desvio das concepções com foco mecanicista e competitivista oportunizou que todos os estudantes, inclusive os com deficiência, usufruíssem das aulas de Educação Física escolar, possibilitando impactos positivos nos aspectos afetivos, cognitivos, físicos e sociais.

Fiorini (2011) frente à proposta da inclusão de alunos com Síndrome de Down no Sistema Regular de Ensino, afirma que não existe um método ideal de Educação Física, cabe ao professor de Educação Física combinar os mais numerosos procedimentos para remover as barreiras e proporcionar a aprendizagem dos alunos com deficiência.

Para efetivar a inclusão nas aulas de Educação Física é sugerido o acesso ao conhecimento específico e à oportunidade de reflexão relacionada ao corpo e ao movimento de forma mais inclusiva. Sendo assim, a Educação Física deve possibilitar ao aluno análises críticas sobre a cultura corporal de movimento, bem como distinguir, compreender e renovar esta cultura (FERREIRA; DAOLIO 2014).

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998) trazem contribuições importantes sobre o corpo e o movimento da criança nessa etapa educativa, dizendo que:

As instituições devem assegurar e valorizar, em seu cotidiano, jogos motores e brincadeiras que contemplem a progressiva coordenação dos movimentos e o equilíbrio das crianças. Os jogos motores de regras trazem também a oportunidade de aprendizagens sociais, pois ao jogar, as crianças aprendem a competir, a colaborar umas com as outras, a combinar e a respeitar regras (BRASIL, 1998, p. 35).

Segundo a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCC – Educação Infantil) publicada em 2017, no Brasil, até a década de 1980, a expressão educação “pré-escolar” significava que a Educação Infantil era entendida como uma etapa anterior, independente e preparatória para a escolarização, sendo que esta, só teria seu começo no Ensino Fundamental.

Nas últimas décadas a Educação Infantil vem se consolidando como patê integrante da Educação Básica e a criança assume outra posição na sociedade.

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola (BRASIL, 2017).

Nessa perspectiva, o movimento é compreendido como parte essencial do desenvolvimento cultural humano e, no caso da criança, a sua estruturação corpórea é produzida considerando aspectos relacionados à sua maturação, à condição socioeconômica e cultural, que também produz interações com o mundo que, conseqüentemente, produzem novas formas de articular corpo e movimento.

A dimensão do movimento como produto/produtor da cultura corporal está vinculada a produção de sentimentos, emoções e pensamentos que são expressos, auxiliando e ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais. Sendo assim, o movimento humano exerce a função de comunicação com o mundo, não se restringindo ao simples deslocamento do corpo no espaço. O movimento corporal constitui-se em uma linguagem capaz de favorecer as crianças agirem sobre o meio físico e o ambiente humano, potencializando a expressividade (BRASIL, 1998).

Entendendo que o conhecimento específico da Educação Física não pode ser desconectado de uma vivência corporal, que por sua vez está articulada aos aspectos sociais da cultura corporal do movimento, para que possamos considerar os aspectos inclusivos e excludentes destas aulas, será preciso pensar o contexto no qual os alunos com deficiência estão inseridos, bem como na potencialidade de cada um para que a aprendizagem seja significativa.

Dessa maneira, a inclusão nas aulas está relacionada às questões do corpo e aos movimentos pensados em relação à aplicabilidade social do mesmo, sendo, portanto, impraticável pedagogicamente, considerar um aluno inserido nas vivências corporais que não tenha elaborado considerações ao corpo e ao movimento, bem como ao seu ambiente de vida.

No caso de estudantes com Síndrome de Down, que é o foco deste estudo, o docente de Educação Física precisa conhecer sobre a Síndrome em questão, sobre as características da mesma, mas, sobretudo, sobre as potencialidades coletivas e individuais desses estudantes.

1.2. Síndrome de Down: definição e características de crianças de 3 a 5 anos

Segundo Pueschel (1999, p. 45), a primeira descrição de uma criança com Síndrome de Down foi de Jean Esquirol em 1838. Em 1846, Edouard Seguin, chamou-se a Síndrome de “idiotia furfurácea”. Em 1866, Ducan chegou às características mais próximas das definições de hoje, que são as cabeças pequenas e arredondadas, olhos

puxados e língua para fora. O reconhecimento da Síndrome de Down como manifestação clínica só ocorreu em 1866, com John Down, que influenciado pelos conceitos evolucionistas da época, denominou de “mongoloide”.

O termo mongoloide remetia às fisionomias dos ocidentais, especificamente da Mongólia, por causa dos olhos puxados e arredondados. Vale ressaltar, que essa terminologia mongoloide passou a ser evitada, pois além de estereotipar pode também atrapalhar o potencial do indivíduo com Síndrome de Down.

[...] Langdon Down afirmava a existência de raças superiores a outras, sendo a deficiência mental característica das raças inferiores. Além disso, a tuberculose, presente nos genitores de crianças com SD daquela época, era considerada como um fator etiológico (SILVA; DESSEN, 2002, p.167).

Desde 1959, comprovando a existência de um cromossomo extra na constituição cromossômica dos indivíduos com Síndrome de Down, diversas descobertas foram feitas sobre o seu quadro clínico, bem conhecido, hoje.

A Síndrome de Down é uma desordem genética cujo diagnóstico clínico pode ser realizado durante o pré-natal, e nas primeiras horas de vida da criança, por sua característica física (fenotípicas) e, posteriormente, confirmada por análise Citogenética do cariótipo de célula em metáfase (CAPONE, 2004).

É caracterizada por uma anormalidade genética resultante da Trissomia do cromossomo 21, que pode ocorrer tanto antes quanto após a formação da célula inicial. No caso da Trissomia, esse número é alterado, sendo que cada célula possuirá 47 cromossomos, com a presença de três cromossomos de um tipo específico ligados ao par 21 (Figura 1). Essa alteração genética se origina do óvulo em 95% dos casos e do espermatozoide, em 5% dos casos (SANTOS; FRANCESCHINI; PRIORE, 2006).

Dentre as características morfológicas desta Síndrome destacam-se a braquicefalia, por um diâmetro fronto-occipital muito pequeno, fissuras palpebrais com inclinação superior, pregas epicânticas, base nasal achatada e hipoplasia da região mediana da face. Além das características da face, observa-se que o pescoço é curto, podendo estar presente apenas uma prega palmar, a orelha é pequena e com anomalias, a língua para fora da boca e hipotonia, havendo clinodactilia (leve curvatura dos dedos de um dedo no plano da palma) do 5º dedo das mãos e uma distância aumentada entre o 1º e o 2º dedos dos pés.

Outras características que são comuns às crianças com Síndrome de Down é a instabilidade atlantoaxial e a hiperfrouxidão ligamentar, que expõe a sérios riscos de lesão medular aguda, inclusive, com morte súbita. Desse modo, o docente de Educação Física de evitar que, durante a atividade física, haja uma flexão cervical forçada, luxando ou subluxando as vértebras e comprimindo a medular espinalh (MATOS, 2005).

Figura 1- Características de um indivíduo com Síndrome de Down



Fonte: www.movimentoDown.org.br

As crianças com Síndrome de Down geralmente apresentam hipotonia muscular e são muito sonolentas. Após o nascimento, elas mostram dificuldades para a sucção e deglutição (SILVA; DESSEN, 2002).

[...] além do atraso no desenvolvimento, outros problemas de saúde podem ocorrer no portador da Síndrome de Down: cardiopatia congênita (40%); hipotonia (100%); problemas de audição (50 a 70%); de visão (15 a 50%); alterações na coluna cervical (1 a 10%); distúrbios da tireóide (15%); problemas neurológicos (5 a 10%); obesidade e envelhecimento precoce. Em termos de desenvolvimento, a Síndrome de Down, embora seja de natureza subletal, pode ser considerada geneticamente letal quando se considera que 70–80% dos casos são eliminados prematuramente (MOREIRA; HEL-HANI; GUSMÃO, 2000, p. 97).

Segundo o Site Ghente, que promove estudos com especialistas na área da saúde que afirmam que a Síndrome de Down ocorre devido a três tipos principais de anomalias cromossômicas:

- Trissomia simples ou padrão é a mais comum, ocorre em cerca de 95% dos casos de Síndrome de Down, em que um cromossomo a mais se junta ao par 21 e a causa é a não disjunção cromossômica.

- Translocação ocorre em cerca de 3% dos casos, uma grande parte do cromossomo 21 se une a outros cromossomos, único caso em que pode haver uma relação genética que pode ter sido herdada de um dos pais. Mesmo que o indivíduo possua 46 cromossomos, ele possui a Síndrome de Down.

- Mosaicismo originar-se da não disjunção mitótica nas primeiras divisões de um zigoto normal, comprometendo apenas partes das células, ou seja, algumas células têm 47 cromossomos e outras 46. Ocorre em cerca de 2%.

Embora seja uma alteração cromossômica, a síndrome de Down mostra grande variação. A deficiência intelectual é uma das características mais frequentes, podendo variar desde um grau leve até a deficiência grave. A estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor nos primeiros anos de vida, a educação inclusiva na idade escolar e as oportunidades de trabalho na idade adulta, além da participação na vida familiar e social, têm provado que a pessoa com síndrome de Down tem um grande potencial de desenvolvimento (CASARIN; CASTANHO, 2016, p.90).

Todas essas características devem ser consideradas pelo docente que atua com crianças com Síndrome de Down, pois para propor uma aprendizagem significativa terá que reconhecer o ritmo de aprendizagem, bem como identificar as potencialidades que podem ser aprimoradas com estímulos adequados.

1.3. Atividades didático-pedagógicas de Educação Física: crianças com Síndrome de Down

A criança com Síndrome de Down tem um desenvolvimento que ocorre num ritmo mais demorado, mas isso não impede a sua participação na vida social. Se a criança for estimulada ela será capaz de fazer muita coisa sozinha, terá autonomia e domínio para a realização de suas tarefas diárias sem a ajuda.

Diversos são os aspectos que influenciam o desenvolvimento motor das crianças com Síndrome de Down, que é contínuo e modificado conforme o meio onde a criança está inserida. Por essa razão, é necessário que o meio social crie condições acessíveis para a criança (PACHECO, 2013).

Sendo assim, a estimulação deve ser iniciada desde os primeiros meses de vida da criança, quando se estimula os aspectos sensório-motores, seguidos pelas outras etapas do desenvolvimento. A ausência do estímulo implica na regressão das fases do desenvolvimento da criança, que quando associada à falta de orientações familiares, minimiza as oportunidades de evolução das potencialidades dessas crianças, que devem ser estimulada desde os primeiros meses de vida (PEREIRA; PEREIRA, 2009).

A criança com Síndrome de Down tem um desenvolvimento que ocorre num ritmo mais demorado, mas isso não impede a sua participação na vida social. Se a criança for estimulada ela será capaz de fazer muita coisa sozinha, terá autonomia e domínio para a realização de suas tarefas diárias sem ajuda. O desenvolvimento da criança dependerá também do ambiente em que ela vive, este deverá ser estimulador e tranquilo.

Portanto, o profissional deve conhecer as características que envolvem o desenvolvimento da criança, sabendo respeitar o ritmo individual do aluno com Down. Cabe também ao docente promover ações para a inclusão da criança no grupo.

Uma das formas de investir nas possibilidades de desenvolvimento da criança com Síndrome de Down é a compreensão de que a Síndrome não se constitui em uma doença, que pode ser prevenida, que se tem cura ou tratamento para se diminuir o grau do comprometimento na base cognitiva. Existem sim processos de intervenção que podem estimular as potencialidades de modo que o cérebro possa, dentro da sua plasticidade, responder aos estímulos e as exigências externas que são feitas aos indivíduos (CASTRO; PIMENTEL, 2009, p.304).

As atividades na Educação Infantil, quando desvinculadas de práticas mecanizadas, possuem caráter lúdico que engloba jogos e brincadeiras para promover aprendizagem aos alunos. Essa característica é o elemento propulsor dos métodos e dos mecanismos de desenvolvimento das crianças. O brincar auxilia no desenvolvimento da imaginação.

A escolarização do aluno com Síndrome de Down se faz importante para proporcionar momentos de desenvolvimento, não só motor como também na socialização com o ambiente escolar. Em momento algum o déficit do aluno minimiza sua permanência na escola.

Anunciação, Costa e Denari (2015), em uma pesquisa feita com um aluno com Síndrome de Down de três anos de idade, matriculado na educação infantil de uma cidade de médio porte, cujo objetivo era o nível de desenvolvimento motor daquela

criança, avaliou os avanços no seu desenvolvimento após a intervenção feita com diferentes matérias: bola, momentos de parque, momento da história, atividades em sala e brincadeiras. A mediação pedagógica contribuiu para o avanço no desenvolvimento do aluno.

O professor, por meio da mediação, deve exercitar a reflexão sobre as ações e garantir que o aluno incorpore a força e a mobilidade própria de sua faixa etária. O ambiente lúdico estimula o avanço a níveis satisfatórios do desenvolvimento motor do aluno com Síndrome de Down.

A atividade lúdica também é defendida pelos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil como estratégia de facilitação de aprendizagem para estudantes dessa etapa de escolaridade. Inclusive, este documento deixa claro que:

Um grupo disciplinado não é aquele em que todos os alunos se mantêm quietos e calados, mas um grupo onde diversos alunos se envolvem e ficam mobilizados para a realização da proposta educativa. Deslocamentos, conversas e brincadeiras devem ser entendidos como manifestação natural das crianças e não como dispersão ou desordem. A Compreensão do caráter lúdico e expressivo das manifestações da motricidade infantil contribui para que o professor organize melhor a sua prática, tendo em vista as necessidades infantis (BRASIL, 1998, p. 19).

Sendo assim, pode-se inferir que a ludicidade contribui para a potencialização de diferentes formas de expressão motora, afetiva e oral das crianças com Síndrome de Down proporcionando o desenvolvimento integral do educando.

2. METODOLOGIA

Partindo do pressuposto que a inclusão da pessoa com deficiência, necessariamente perpassa pelas possibilidades de ampliações das potencialidades de crianças com Síndrome de Down, buscou-se no presente estudo, focar o componente curricular de Educação Física na Educação Infantil. Para tal, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2002):

[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas (p.43).

Com o intuito de conhecer os desafios que são superados por docentes e discentes, entendeu-se que a abordagem exploratória qualitativa, realizada por meio de uma revisão integrativa supriria as lacunas dos questionamentos que desencadearam este estudo.

De acordo com Gil (2008) pesquisa bibliográfica exploratória fundamenta-se em:

[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coleta de dados não são costumeiramente aplicados nestas pesquisas (p.46).

A busca da produção científica foi realizada prioritariamente na base de dados SCIELO. A fim de abranger o maior número de artigos relacionados à proposta de pesquisa, a investigação foi feita em textos disponibilizados em sítio eletrônico denominado “Movimento Down¹”. Foram instituídos como principais descritores, usados isoladamente ou de forma associada, os termos: Educação Física Escolar, Síndrome de Down e Inclusão. Constituiu também critério de inclusão o idioma em português. Inicialmente foram encontrados 16 artigos que apresentavam correlação com a temática abordada. Ao lê-los na íntegra, ficaram cinco artigos relacionados ao contexto escolar e à Educação Física que atenderam plenamente os critérios estabelecidos (Quadro 1).

O estudo seguiu as seis etapas propostas por Botelho, Cunha e Macedo (2011) para a revisão integrativa: 1ª etapa-identificação do tema e problema de pesquisa, 2ª etapa-estabelecimento de critérios de exclusão ou inclusão, 3ª etapa-identificação de estudos pré-selecionados e selecionados, 4ª etapa-categorização dos estudos selecionados, 5ª etapa-análise e interpretação dos resultados e 6ª etapa-apresentação/revisão da síntese do conhecimento. Os dados foram coletados entre fevereiro de 2018 a setembro de 2018.

¹Movimento Down - Criado em 21/3/2012 para reunir conteúdos e iniciativas que colaborem para o desenvolvimento das potencialidades e que contribuam para a inclusão de indivíduos com síndrome de Down e deficiência intelectual em todos os espaços da sociedade. Para tal, os conteúdos diversificados colaboram com as famílias, profissionais e o público em geral no combate a preconceitos e na busca de condições efetivas de inclusão. O Movimento Down é filiado à Down Syndrome International e à Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Disponível em: <http://www.movimentoDown.org.br>

Quadro 1- Produção científica: base de dados, periódico ou evento, título, autor e ano.

Base de Dados	Periódico ou evento	Título do Artigo	Autor/ Ano
Scielo	Revista Brasileira de Educação Especial	Educação Infantil e Práticas Pedagógicas para o Aluno com Síndrome de Down: o enfoque no Desenvolvimento Motor	ANUNCIAÇÃO; COSTA; DENARI/ 2015.
<u>Scielo</u>	EDUFBA	Atendimento Educacional Específico Síndrome de Down: Desafios e perspectivas na inclusão escolar	CASTRO; PIMENTEL/2009.
Movimento Down	Movimento Down	Guia de Estimulação para crianças com Síndrome de Down	
Scielo	LINS-SP	Os estímulos às crianças com Síndrome de Down no ensino fundamental	PEREIRA; PEREIRA/2009.
Scielo	Paidéia- Ribeirão Preto	Desenvolvimento, escolarização e Síndrome de Down: expectativas maternas.	LIPP; MARTINI; OLIVEIRA- MENEGITTI/ 2010.

2.1. Apresentação de dados e discussão dos resultados

Nessa etapa da metodologia buscou-se identificar como determinados aspectos que estão articulados à problemática estabelecida foram tratados pela literatura direcionada para a temática investigada. Desse modo, as categorias que emergiram foram: 1 - Concepção da proposta de inclusão de estudantes com Síndrome de Down; e 2 - Estratégias inclusivas para aulas de Educação Física.

2.1.1 Concepção da proposta de inclusão

Em relação à primeira categoria “Concepção da proposta de inclusão de estudantes com Síndrome de Down”, foi possível identificar algumas subcategorias vinculadas, como: a) Visão da Síndrome de Down; e b) Resistências para aceitação. Essas duas subcategorias estão representadas no Quadro 2.

Quadro 2- Distribuição da produção científica: autor/ano e concepção da proposta de inclusão.

Autor/ Ano	Concepção da proposta de inclusão
ANUNCIACÃO; COSTA; DENARI, 2015.	A inclusão escolar da criança com SD na rede regular de ensino adquire potencial significativo para seu desenvolvimento, entretanto existe uma visão negativa sobre esses potenciais. O estudo remete à reflexão de quais são os maiores desafios da inclusão e quais são os fatores que levam a criança com SD ter baixos índices de aceitação pelos colegas, além de obter índices insatisfatórios de aprendizagem.
CASTRO; PIMENTEL, 2009.	Pensar as possibilidades de desenvolvimento das pessoas com Síndrome de Down é efetivar o exercício pela construção de um mundo mais justo, e, uma sociedade melhor, mais justa só se constrói sem o ranço do preconceito, com a busca contínua de informação e conhecimentos que possam amenizar os processos de exclusão que se instalam em diferentes contextos sociais.
PEREIRA; PEREIRA, 2009.	A inclusão é um processo pelo qual a sociedade adapta-se para incluir, em seu sistema social, pessoas consideradas “diferentes” da comunidade a que pertencem.
LIPP; MARTINI; OLIVEIRA- MENEGOTTO, 2010.	Embora a legislação vigente seja pontual e incisiva a favor da inclusão, ainda presenciamos manifestações de dúvidas, incertezas e resistências por parte de professores, pais e comunidade em geral.

Anuniação, Costa e Denari (2015) reportam que nem sempre as potencialidades destes estudantes são percebidas de imediato no espaço escolar. Sendo assim, pode-se inferir que a partir de um contato imediato há a interferência de rótulos pré-estabelecidos por determinantes socioculturais, que reforçam uma visão negativa, na qual as limitações se sobrepõem às potencialidades.

O destaque às limitações que cristalizam as práticas excludentes é derivado, como apontam Castro e Pimentel (2009), pela falta de informação e conhecimento. Esse fato faz com que o processo de inclusão fique mais difícil, refletindo no contexto escolar e produzindo um ranço preconceituoso, que impede a minimização do processo de exclusão.

A baixa aceitação dos estudantes com Síndrome de Down pelos colegas da escola constitui em um dos fatores que interfere na aprendizagem dessas crianças, resultando em índice insatisfatório quando comparados aos outros estudantes da classe regular. Essa assertiva foi identificada por Anuniação, Costa e Denari (2015) quando realizaram uma pesquisa com crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil,

sendo, portanto, considerado pelos autores, como um dos maiores desafios para o processo de inclusão.

Corroborando com os autores supracitados, Pereira e Pereira (2010), afirmam que a sociedade em geral, assim como a escola, se adapta para incluir pessoas com síndrome de Down no sistema social comum em que vivem, por serem consideradas “diferentes” das outras pessoas. Em decorrência, essa adaptação não é um processo naturalizado e efetivado de maneira apropriada para essas crianças. Muitas vezes, reforçam a baixa aceitação derivada de uma perspectiva excludente.

Embora tenha uma legislação que vigore a favor da inclusão, presenciam-se por parte dos professores, pais e sociedade, dúvidas, incertezas e resistência que dificultam o processo de inclusão das crianças com Síndrome de Down (LIPP, MARTINI, OLIVEIRA-MENEGOTTO, 2010).

Reporta-se que a comunidade escolar, na qual se inclui os docentes, ainda mantém uma visão centrada na perspectiva negativa da Síndrome de Down, que acarreta resistências e não aceitação. O professor de Educação Física para superar essa perspectiva necessita conhecer as características da Síndrome e dos estudantes para planejar aulas significativas e que potencializem o desenvolvimento integral destas crianças.

2.1.2 Estratégias inclusivas para aulas de Educação Física

Em relação à segunda característica “estratégias inclusivas para aulas de Educação Física”, foram identificadas subcategorias vinculadas, como: a) necessidade pelas características dos alunos; b) atividades apropriadas para crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. Ambas as subcategorias constam na tabulação no Quadro 3.

Quadro 3- Distribuição da produção científica: autor/ano e estratégias de aulas para estudantes com Síndrome de Down.

Autor/ Ano	Estratégias de aulas para estudantes com Síndrome de Down
ANUNCIACÃO; COSTA; DENARI, 2015	<p>As atividades lúdicas propiciam desenvolvimento individual e coletivo de todo os grupos de alunos. As atividades devem ser elaboradas pela professora para propiciar situações em que os conteúdos devam ser pertinentes à Educação Infantil a serem trabalhados, também visando o desenvolvimento motor, como atividades com bola, massinha, momentos no parque, rasgar papel, desenhar com giz de cera e tinta.</p> <p>Dentre as diversas características das pessoas com SD estão a dificuldade de coordenação motora e atraso no nível intelectual e motor.</p>
CASTRO; PIMENTEL, 2009.	<p>Assim quando se pensa em possibilidades de desenvolvimento da criança com a síndrome não se limita ao conhecimento dos conceitos abstratos nas diversas disciplinas escolares, mas, sobretudo em ações que vislumbrem a autonomia do sujeito. É importante que a escola tenha no seu planejamento diário atividades que exijam do sujeito com a síndrome trabalhos de: cooperação, organização, constituição, movimentos, compreensão, exploração de propostas lúdicas e materiais diversos para que a criança possa realizar atividades motoras como: correr, pular, rolar, entre outras. Essas ações contribuirão para o desenvolvimento social, afetivo, motor e da linguagem. Quanto maior for a sua estimulação, mais internalizados serão os domínios.</p> <p>Isto significa deixar de ignorar os itinerários individuais, ou melhor, passar a ouvir e ver aqueles a quem não se falava, ouvia e via. Passar a ouvi-los e vê-los significa estar disposto a buscar pistas e indícios que apontem para a melhor forma de ajudá-los a aprender.</p>
Movimento Down.	<p>Ferramenta para o estímulo, o brincar é uma condição essencial para o desenvolvimento da criança. Através da brincadeira, estimula-se a aquisição e o aprimoramento de capacidades importantes, como a interação com o meio, a atenção, a memória, a imitação, a imaginação, a organização, os limites, as ordens, o compartilhar.</p> <p>As crianças com Síndrome de Down apresentam características particulares de constituição física, assim como aspectos médicos e cognitivos, que envolvem raciocínio, capacidade de atenção e memória. Algumas características merecem atenção: hipotonia, ligamento e frouxidão das articulações, membros mais curtos, mãos pequenas e problemas no coração.</p>
PEREIRA; PEREIRA, 2009.	<p>O desenvolvimento da criança dependerá muito do ambiente em que ela vive, este deverá ser estimulador e tranquilo. Os brinquedos dessa criança devem ser coloridos e sonoros para que estimulem a audição, visão e coordenação dos movimentos. É muito importante à participação da família, pois são eles que passam a maior parte do tempo com a criança.</p> <p>Com o trabalho psicomotor à criança irá aprender a controlar a cabeça, rolar, engatinhar, correr, essas capacidades depende da estimulação dos terapeutas e dos pais. Por meio de atividades recreativas, à criança com Síndrome de Down obtém muitos benefícios como senso de realização, consciência corporal, desafios físicos e mentais, melhoria da autoestima, chance de fazer amizades, exercícios, diversão, etc. As utilizações de brincadeiras e de jogos são fundamentais para que a criança tenha uma participação proveitosa e prazerosa no trabalho de estimulação.</p> <p>A hidroterapia também é muito interessante, o paciente realiza na água movimentos tridimensionais, estimulando a normalização do tônus, integração social, coordenação motora, correção postural e equilíbrio. A equoterapia ou hipoterapia utiliza o cavalo, o animal proporciona um estímulo, que faz com que as crianças respondam muito mais rápido que outra terapia convencional. Trabalha-se a consciência corporal, equilíbrio, coordenação motora, autoestima, relaxamento e o tônus muscular.</p>

	O atendimento a essas pessoas deverá dar-se preferencialmente nas classes regulares, somente em casos mais graves é que o atendimento deve ser oferecido em outra unidade escolar específica para atender essa clientela, como APAE, Fundação Pestalozzi, etc.
LIPP; MARTINI; OLIVEIRA-MENEGOTTO, 2010.	<p>É de fundamental importância que possamos contribuir para a implementação de políticas públicas que possibilitem a inclusão, não somente focalizando a escola e os professores, mas também a família uma vez que é no seio familiar que podemos encontrar inúmeros obstáculos para o exercício pleno da inclusão.</p> <p>Inevitavelmente a Síndrome de Down marca uma diferença. Diferença que não está exposta somente nas características faciais, mas também nas suas condições cognitivas.</p>

2.1.2.1 Necessidade pelas características dos alunos

Dentre as diferentes características identificadas nos estudos que fizeram parte do corpus de pesquisa, existem aquelas que são comuns a todas as crianças com Síndrome de Down e aquelas que são diferenciadas pela individualidade de cada uma desses estudantes. Sendo assim, puderam ser identificadas as seguintes estratégias para a inclusão nas Aulas de Educação Física de acordo com as “necessidades decorrentes das características dos alunos” que serão descritas a seguir.

No estudo analisado por Anuniação, Costa e Denari (2015), as crianças com Síndrome de Down apresentam diversas características, tendo múltiplas variações. Os autores destacam como comuns às dificuldades de coordenação motora, bem como os níveis intelectuais e motores atrasados. Os professores que atuam junto de estudantes da Educação Infantil devem explorar as capacidades sensoriais associadas que requerem uma complexa conexão entre a ação e o pensamento, que contribuem para o desenvolvimento total da criança, entendendo os níveis cognitivos e respeitando para que seja efetiva no crescimento individual de cada criança.

Entende-se, portanto, segundo Castro e Pimentel (2009), que o papel do docente influencia no desenvolvimento das crianças, implicando diretamente em diversos momentos da vida da criança com Síndrome de Down, nos aspectos relativos ao crescimento afetivo, motor e na linguagem da criança.

Nessa mesma perspectiva, encontra-se no site do Movimento Down (2015), uma análise sobre as características individuais dos alunos, sendo que, não se restringem apenas a constituição física, mas também, aos aspectos cognitivos, que envolvem

raciocínio, capacidade de memória e atenção. Chama-se atenção em relação às aulas de Educação Física voltadas para crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil, para que sejam efetivas, precisam atender as necessidades individuais, tais como hipotonia, ligamento e frouxidão das articulações que acarretam déficit nos aspectos psicomotores.

Pereira e Pereira (2009) reportam que o trabalho psicomotor tem que fazer parte da intervenção junto da criança, pois ela precisa aprender a engatinhar, correr, pular etc. Todas essas capacidades estão interligadas, por isso a abordagem deve ser multiprofissional, envolvendo a família, docente e outros profissionais como terapeuta, fonoaudióloga, psicólogo etc. A participação da família é ressaltada também por Lipp, Martini e Oliveira-Menegotto (2010), como um relevante aspecto que interfere positivamente no desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down.

É preciso muita sensibilidade para compreender quais são as características cognitivas das crianças com Síndrome de Down, pois, muitas vezes, elas não estão tão explícitas quanto às características corporais, como comprovado pelos estudos feitos por Lipp, Martini e Oliveira-Menegotto (2010).

2.1.2.2 Atividades apropriadas para crianças com Síndrome de Down

A ludicidade assume centralidade para significar as aulas das crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. Anunciação, Costa e Denari (2010), ressaltam que devem ser desenvolvidas atividades tais como massinha de modelar, brinquedos de parque, ações estimuladoras por meio de desenhos com giz de cera e tinta, bem como atividades simples, como rasgar papel. Outras atividades que despertam a atenção dessas crianças são as que envolvem objetos como bola. Castro e Pimentel (2009) compactuam da mesma perspectiva e afirmam que o uso desses materiais facilita a estimulação dos movimentos motores como: correr, pular, rolar, entre outras.

Atividades especiais feitas especificamente por intermédio de hidroterapia, que promovam movimentações na água, estimulam a normatização do tônus, corrigindo a postura e o equilíbrio, melhorando a consciência corporal e a integração social. Ainda são reportadas atividades de equoterapia ou hipnoterapia, que além de promover os mesmos benefícios também trabalham aspectos relativos ao equilíbrio e à autoestima.

Já o Movimento Down defende que as atividades apropriadas para essas crianças englobam brincadeiras que desenvolvam a interação social, a atenção, a memória, a imitação e a imaginação. Simultaneamente, as brincadeiras também permitem compreender a organização do espaço, os limites e as regras sociais e a necessidade de compartilhar para ampliar as possibilidades de aprendizagem.

No entanto, é preciso se atentar para o que é defendido por Castro e Pimentel (2009), que consideram de extrema importância que a escola e, por sua vez, o professor de Educação Física, tenha um planejamento diário para se trabalhar com alunos com Síndrome de Down, tendo como foco principal o aprimoramento da autonomia dessas crianças por meio de atividades que envolvam aspectos cooperativos. Esses mesmos autores reforçam que as atividades devem promover a estimulação de movimentos, pois enfatizam que a internalização e o domínio corporal serão proporcionais ao nível de respostas dadas aos estímulos recebidos.

Pereira e Pereira (2009) alertam para as implicações decorrentes do ambiente em que a criança com Síndrome de Down vivencia como um contributo considerável para o desenvolvimento da criança. Esses autores sugerem que o ambiente seja tranquilo e estimulador, contendo brinquedos coloridos e sonoros que auxiliem na audição, visão e coordenação dos movimentos.

Há ainda um aspecto que precisa ser mencionado. A implementação de políticas públicas, como ressaltado por Lipp, Martini e Oliveira (2010), que são voltadas para essa população. Vale destacar que a inserção do estudante nas classes regulares de ensino traz contribuições não só para a criança com Síndrome de Down, em casos em que a Síndrome se manifesta de forma leve e moderada, como também para os estudantes que não possuem a Síndrome. Em casos que a manifestação é mais grave, ainda cogita-se a necessidade dessas crianças serem inseridas, de maneira transitória, em centros especializados, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), mantida pela Fundação Pestalozzi, ou em locais de atendimentos voltados para as pessoas com Down.

O professor de Educação Física, sempre trabalhando colaborativamente com a família e outros profissionais como médicos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos, deve objetivar o desenvolvimento integral de estudantes com Síndrome de Down, mediando o processo de autonomia que os levem a vivenciar múltiplas experiências que favoreçam as aquisições motoras, cognitivas, emocionais e

sociais, minimizando as limitações e ampliando as potencialidades que convergem para uma vida mais independente e autônoma.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos sobre a inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas aulas de Educação Física na primeira etapa da Educação Básica, que é a Educação Infantil, constatou-se que existem Leis Mundiais e Nacionais que regem a temática da inclusão escolar, mas que ainda não estão consolidadas no ambiente escolar, precisando ser mais estudadas e efetivadas por meio de ações docentes. Percebeu-se, também, no intercurso da pesquisa que os amparos legais valorizam a garantia de inclusão de alunos com Síndrome de Down no espaço escolar, porém, além de outros fatores, ainda falta formação continuada para os professores, assegurando, assim, um ensino de qualidade.

Buscou-se, apoiado nos estudos elencados na metodologia, extrair evidências que caracterizasse as propostas pedagógicas dos docentes de Educação Física nas aulas de Educação Infantil, com ênfase na aprendizagem de estudantes com Síndrome de Down. Nesse sentido, identificaram-se duas categorias, “Concepção da proposta de inclusão de estudantes com Síndrome de Down” e “Estratégias inclusivas para aulas de Educação Física”.

Em relação à primeira categoria foi possível extrair duas subcategorias “Visão da Síndrome de Down” e “Resistências para aceitação”. Desse modo, constatou-se que a concepção da proposta de inclusão varia de acordo com a visão que os próprios docentes possuíam da Síndrome de Down, como também das atitudes de resistência para aceitação da criança. Os estereótipos pré-estabelecidos, que são fundamentados por uma visão negativa da Síndrome de Down, reforçam a resistência à inclusão. Outro fator é a falta de conhecimento a respeito tanto da Síndrome de Down, quanto das características dos estudantes.

Em relação à segunda característica “estratégias inclusivas para aulas de Educação Física”, foram identificadas duas subcategorias “Necessidade pelas características dos alunos” e “Atividades apropriadas para crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil”.

Na primeira subcategoria percebeu-se que, de acordo com as diversas características, incluindo as variações, das crianças com Síndrome de Down devem ser consideradas para um planejamento efetivo do professor de Educação Física para a Educação Infantil. Portanto, os docentes devem levar em conta que as dificuldades que devem ser atendidas são: a coordenação motora, o déficit intelectual e motor. Sendo assim, o professor de Educação Física deve explorar a capacidade sensorial e complexa, variando as atividades como correr, pular, engatinhar etc. Ainda são recomendadas para essas crianças modalidades como hidroterapia e equoterapia.

Já na segunda subcategoria, observou-se que a ludicidade é uma estratégia motivacional para as crianças com Síndrome de Down na Educação Infantil. As atividades compreendidas para a implementação da ludicidade, podem ocorrer por meio de propostas pedagógicas com recursos diferenciados, como massinha de modelar, brinquedos de parque e ações com o uso de bolas, tintas, giz de cera, ou até mesmo rasgar papel.

Conclui-se que a escola, de maneira geral, tenta adaptar-se para a inclusão das pessoas com Síndrome de Down, porém, essa adaptação, na maioria das vezes, reforça movimentos de exclusão escolar, subjungando incapacidades em detrimento das potencialidades.

Vale ressaltar que este estudo não se esgota neste artigo e que inúmeras discussões pertinentes à temática da inclusão de alunos com Síndrome de Down, na Educação Infantil, deverão ser feitas por docentes de Educação Física para que possam contribuir a fim de que a educação seja de fato inclusiva e garanta o desenvolvimento global do educando, tendo em vista o despertar das potencialidades com significação.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUNCIACÃO, Livia Maria Ribeiro Leme; COSTA, Maria Piedade Resende da; DENARI, Fátima Elisabeth. Educação infantil e práticas pedagógicas para o aluno com síndrome de Down: o enfoque no desenvolvimento motor. **Rev. bras. educ. espec.** vol.21 n°2, Marília, 2015.

BOCCARDI, D. **Programa de intervenção motora lúdica inclusiva: análise motora e social de casos específicos de deficiência mental, Síndrome do X-frágil, Síndrome de Down e criança típica.** Dissertação (Mestrado em Ciências do movimento humano), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

BOTELHO, L.; CUNHA, C.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. vol. 5, n. 11, p. 121-136, 2 dez. 2011. Disponível em: <https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220> Acesso em: 19 de setembro de 2016.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, 12 de novembro de 2009, Seção 1, p. 8. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

_____. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=Download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 23 mar. 2017

_____. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 06/05/2018.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC; SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 26 de julho de 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____/ministério público federal. Fundação procurador Pedro Jorge de melo e silva organizadores. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular. Brasília: procuradoria federal dos direitos do cidadão, 2004.

CANTERLE; Samanta Rattis. Relação entre instabilidade Atlantoaxial e Hiperfrouxidão Ligamentar generalizada na Síndrome de Down. Tubarão, 2006.

CASARIN, Sonia; CASTANHO, Marisa Irene Siqueira. Síndrome de Down e Arte: contribuições de Vygotsky. Bol.- **Acad. Paul. Psicol.** Vol.36 nº.90, São Paulo jan. 2016.

CASTRO, Antonilma Santos Almeida; PIMENTEL, Susana Couto. Atendimento educacional específico Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. Salvador, **EDUFBA**, 2009.

CAPONE, G. Síndrome de Down, ideias genéticas e pensamentos sobre intervenção precoce. Bebés e crianças pequenas. Pág.(45-58),2004.

CORDENUZZI, Onélia da Costa Pedro et al. Estratégias utilizadas pela enfermagem em situações de violência no trabalho em hemodiálise. **Rev. Gaúcha Enfermagem**. Porto Alegre, v. 38, n. 2, 2017.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNICEF. Jomtiel, Tailândia, 1990. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm> Acesso em 31 de outubro de 2018.

Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> acesso em 31/10/2018.

DE FARIA JÚNIOR, Alfredo Gomes. Introdução à didática de Educação Física. Divisão de Educação Física. **Corpus Scientia**. Rio de Janeiro. Vol.10, n.2, p.16-32, 2014.

FERNANDES, Helder Miguel; RAPOSO, José Vasconcelos. Continuum de Auto-Determinação: validade para a sua aplicação no contexto desportivo. **Estudos de psicologia (Natal)**. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 10(3) 385-395, Natal, 2005.

FERREIRA, Martinelli Flávia; DAOLIO, Jocimar. Educação Física escolar e inclusão: alguns desencontros. **Kinesis.ed** 32 vol2, Maria Santa, 2014.

FIORINI, Maria Luiza Salzani. Concepção do professor de Educação Física sobre a inclusão do aluno com deficiência. **Universidade Estadual Paulista**. Marília, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. **Atlas**. Ed.6, São Paulo, 2008.

_____, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **Atlas**. Ed.4, São Paulo, 2002.

GUIMARÃES, Ana Archangelo; PELLINI, Fernanda da Costa; ARAUJO, Jifferson Sobral Romualdo de; MAZZINI, Juliano Meneghetti. Educação Física Escolar: Atitudes e Valores. **Motriz**. Vol.7, n.1, p.17-22. Universidade Estadual Paulista, 2001.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Inclusão e integração ou chaves da vida humana. Diversidade na educação: desafio para o novo milênio. III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial. Foz do Iguaçu, 4 a 7 de novembro de 1998.

Movimento Down.org. Disponível em:<<http://www.movimentoDown.org.br/sindrome-de-Down-caracteristicas.html>>. Acesso em: 17 setembro. 2018.

MILLS, Nancy Derwood. A educação da criança com Síndrome de Down. SCHWARTZMAN, José Salomão. Síndrome de Down. 2. Ed. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003.

Minutosaudavel.com.br. Disponível em: <<https://minutosaudavel.com.br/o-que-e-sindrome-de-Down-caracteristicas-causas-e-sintomas>>. Acesso em: 21 de abril. 2018.

LEITE, Leonardo. Síndrome de Down. *Genética Clínica*. Disponível em: <<http://www.ghente.org/ciencia/genetica/Down.htm>> Acesso em: 20 de julho de 2018.

LIPP, Laura Kolberg; MARTINI, Fernanda de Oliveira; OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado. Desenvolvimento, Escolarização E Síndrome De Down: Expectativas Maternas. **Paidéia (Ribeirão Preto)**. Universidade Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo, Novo Hamburgo-RS. Vol.20, Brasil, 2010.

MACHADO, Roseli Belmonte. Políticas de inclusão e a docência em Educação Física: uma reflexão sobre as práticas. **Revista Brasileira Ciências Esporte**. p. 261-267, 2017.

MATOS, Marcos Almeida. Instabilidade Atlantoaxial e Hiperfrouxidão ligamentar na Síndrome de Down. **Acta Ortopédica Brasileira**. Vol.13, nº 4, pág.165-167. São Paulo, 2005.

MAZZOTTA, Marcos J. S. Inclusão e integração ou chaves da vida humana. Diversidade na educação: desafio para o novo milênio. **III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**. Foz do Iguaçu, 4 a 7 de novembro de 1998.

MOREIRA, Lília MA; EL-HANI, Charbel N; GUSMÃO, Fábio AF. A Síndrome de Down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético. **Rev. Bras. Psiquiatr.** Vol.22, n.2, 2000.

PACHECO, Edneia Alves. Importância do Desenvolvimento da Coordenação Motora na Aprendizagem na Educação Infantil. **Rev. Nativa**. vol.1, n.2, 2013.

PEREIRA, Diana; PEREIRA, Simone. Os estímulos às crianças com Síndrome de Down no ensino fundamental. **Unisaesiano**. P.1-10. Lins-SP, 2009.

PORTES, João Rodrigo Maciel; VIEIRA, Mauro Luís; CREPALDI, Maria Aparecida; MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; MOTTA, Cibele Cunha Lima Da. A criança com Síndrome de Down: na perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, com destaque aos fatores de risco e de proteção. **Acad. Paul. Psicol.** vol.33 no. 85, São Paulo, 2013.

PUESCHEL, Siegfried. **Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. Campinas, 1999.

SALLES, M. J. C. et al. Síndrome da resposta inflamatória sistêmica/sepsis 3/4 revisão e estudo da terminologia e fisiopatologia. **Rev. Assoc. Med. Bras.** v.45, n.1, p.86-92, São Paulo. 1999.

SANTOS, J. A; FRANCESCHINI, S. C. C; PRIORE, S. E. Curvas de crescimento para crianças com Síndrome de Down. **Rev. Bras. de Nutrição Clínica**. p.144-148. 2006.

SILVA, Nara Liana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. **Interação em Psicologia**.p.167-176. Universidade de Brasília, 2002.